



ACÓRDÃO Nº533/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1959/2009.

Apenso: Processo nº 5325/2008.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretária de Estado de Infraestrutura - SEINFRA.

4- Exercício: 2008.

5- Responsável: Orlando Augusto V. de M. Júnior (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Juarez Frazão Rodrigues Junior - OAB/AM 5.851.

7- Unidade Técnica: DICAD.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3048/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA. Exercício de 2008.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SEINFRA, relativas ao exercício de 2008, de responsabilidade do **Sr. Marco Aurélio de Mendonça**, Gestor e Ordenador de Despesas, no período de 01/01/2008 a 17/03/2008 e do **Sr. Orlando Augusto V. de M. Júnior**, Gestor e Ordenador de Despesas, no período de 18/03/2008 a 31/12/2008, na forma do Art. 22, II, “C/C O Art. 24 § Único da Lei Nº 2.423/1996;
- 10.2. Dar quitação** ao **Sr. Marco Aurélio de Mendonça**, Gestor e Ordenador de Despesas da SEINFRA, no período de 01/01/2008 A 17/03/2008 e do **Sr. Orlando Augusto V. de M. Júnior**, Gestor e Ordenador de Despesas da SEINF, no período de 18/03/2008 a 31/12/2008, nos termos do art. 24 da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 189, II da Resolução n.º 04/02 - RITCE/AM;
- 10.3. Determinar a origem** que obedeça com rigidez o que determina os princípios assentados Na Lei Complementar nº 06/1991 – TCE/AM e o que prevê a Lei Completar nº 101/2000, a Lei nº 4.320/64 e a Lei



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº533/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

nº 8.666/93, sob pena de considerar reincidente em Prestação de Contas Futuras.

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Julho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral